



Universidade de Brasília

Universidade de Brasília – UnB

Instituto de Psicologia – IP

Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano – PED

Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde - PGPDS

**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO HUMANO,
EDUCAÇÃO E INCLUSÃO ESCOLAR – UnB/UAB**

**O ALUNO COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL: POSSÍVEIS INTERVENÇÕES DO
ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO**

CARMEM SILENE LIMA CAVALCANTE

ORIENTADORA: PROFA. Me. FRANCIENE SOARES B. DE ANDRADE

Brasília/2015



Universidade de Brasília

Universidade de Brasília – UnB

Instituto de Psicologia – IP

Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano – PED

Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde - PGPDS

CARMEM SILENE LIMA CAVALCANTE

**O ALUNO COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL: POSSÍVEIS INTERVENÇÕES DO
ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão, do Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano – PED/IP – UnB/UAB.

Orientadora: Prof^ª. Me. Franciene S. B. de Andrade

Brasília/2015

TERMO DE APROVAÇÃO

CARMEM SILENE LIMA CAVALCANTE

O ALUNO COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL: POSSÍVEIS INTERVENÇÕES DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar – UnB/UAB. Apresentação ocorrida em 28/11/2015.

Aprovada pela banca formada pelos professores:

Profa. Me. Franciene Soares Barbosa de Andrade (Orientador)

Profa. Me. Cleia Alves Nogueira (Examinador)

Carmem Silene Lima Cavalcante (Cursista)

Brasília/2015

DEDICATÓRIA

À minha grande guerreira e querida mãe, dona Maria Edna; aos meus filhos Paola, Yago e Gabriel, que sempre estiveram ao meu lado e compartilharam dos meus sonhos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, porque mesmo eu tendo me afastado dele na maior parte dessa especialização e Ele não ter se afastado de mim.

A minha mãe Maria Edna, por absolutamente tudo, pois cada um dos seus atos foi uma oportunidade que tive de crescer e me tornar o que sou.

Aos meus filhos Paola, Yago e Gabriel, pelo apoio, incentivo e amor incondicional e que felizmente posso dizer, ser recíproco.

Ao meu professor tutor presencial José Ferreira, pela paciência, incentivo e dedicação, em parceria solidária nos meus momentos de dificuldades, onde me fez chegar com alegria e amor, ao conhecimento.

A minha ex-professora tutora presencial de graduação, Maria de Nazaré, por ter lembrado e acreditado em mim, no momento em que foi aberta essa especialização.

Em especial, a minha amiga Rosângela, pela sua colaboração, paciência e dedicação, o meu muito obrigada.

Aos meus queridos amigos (as) quero agradecer os grandes momentos de alegria e também os de tristeza que sempre compartilhamos. As minhas novas amizades conquistadas, que elas durem tanto quando foram intensas, portanto, o meu mais sincero agradecimento a todos por tudo, onde sempre serão lembrados como pessoas importantes em minha vida, pela força e apoio durante essa caminhada.

“Temos o direito a sermos iguais quando a diferença nos inferioriza; temos o direito a sermos diferentes, quando a igualdade nos descaracteriza” (Boaventura de S. Santos).

RESUMO

O presente estudo almeja analisar como o Atendimento Educacional Especializado - AEE poderá contribuir com a desconstrução de rótulos gerados durante o processo educativo do aluno com deficiência intelectual, visando favorecer o processo de ensino-aprendizagem deste aluno. Daí a importância do tema em questão. Para tanto, a pesquisa foi realizada em uma escola pública localizada no Acre-Rio Branco, cuja metodologia se baseia na abordagem qualitativa de pesquisa. Esta teve como instrumentos de coleta de informações, entrevista semiestruturada; análise documental e observação não estruturada. As entrevistas semiestruturadas foram realizadas com dois professores da escola de sala de aula e uma professora do AEE. Nesse contexto, aborda-se, entre seus aspectos mais polêmicos, a complexa relação de inclusão do aluno com deficiência intelectual e as possíveis intervenções do AEE, sob a luz dos referenciais teóricos: Gomes (2000), Souza (2007), Ropoli (2010), entre outros. Como resultado de pesquisa apresenta a exposição dos resultados a partir das ferramentas utilizados conforme foram aplicados e descreve os resultados embasados na contribuição teórica.

PALAVRAS-CHAVE: Inclusão. Atendimento Educacional Especializado. Deficiência Intelectual.

SUMÁRIO

RESUMO.....	06
1 APRESENTAÇÃO.....	07
2. INCLUSÃO, DEFICIÊNCIA INTELECTUAL E ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO.....	10
2.1 Uma breve retrospectiva histórica da inclusão dos alunos com necessidade educacional especial no Brasil.....	10
2.1.1 Igualdades e diferenças: uma inclusão com excelência.....	12
2.1.2 Construção do currículo sob uma perspectiva de inclusão.....	13
2.2 Deficiência intelectual.....	15
2.2.1 Aspectos gerais da aprendizagem do aluno com deficiência intelectual.....	15
2.3 Atendimento Educacional Especializado (AEE): possíveis intervenções para o aluno com deficiência intelectual.....	16
3 OBJETIVOS.....	20
3.1 Geral.....	20
3.2 Objetivos específicos.....	20
4- METODOLOGIA.....	21
4.1 Pressupostos Metodológicos.....	21
4.2 Contexto da Pesquisa.....	21
4.3 Participantes.....	23
4.4 Materiais.....	23
4.5 Instrumentos.....	23
4.5.1 Pesquisa Documental.....	23
4.5.2 Entrevista semiestruturada.....	23
4.5.3 Observação não estruturada.....	24
4.6 Procedimentos de Construção de Dados.....	24
4.6.1 Análise Documental.....	24
4.6.2 Observação não estruturada.....	25
4.7 Procedimentos de análise.....	26
5 RESULTADOS E DISCUSSÃO TEÓRICA DOS RESULTADOS.....	28
5.1 O Projeto Político Pedagógico.....	28
5.2 Observação não estruturada.....	29
5.3 Entrevistas.....	29
5.3.1 Conhecimento sobre deficiência intelectual.....	30
5.3.2 Experiência com aluno com deficiência intelectual.....	31
5.3.3 Mediações pedagógicas.....	32
5.3.4 Inclusão escolar.....	33
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	34
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	36
ANEXOS.....	38
ANEXO A - Carta de Apresentação.....	38
ANEXO B - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido Professores.....	39
ANEXO C - Aceite institucional.....	40
APÊNDICES.....	41
APÊNDICE A - Roteiro de Entrevista Semiestruturada / Prof ^ª Sala de Aula.....	41
APÊNDICE B - Roteiro de Entrevista Semiestruturada / Prof ^ª AEE.....	42

1 APRESENTAÇÃO

Este estudo partiu das minhas experiências enquanto professora. Atualmente sou professora do Atendimento Educacional Especializado - AEE em uma instituição pública de ensino. Meu trabalho não se limita apenas ao aluno, uma vez que se estende ao atendimento à família, através de orientações de vida diária, saúde, organização de rotina, atividades direcionadas a sua aprendizagem, esclarecimento de dúvidas e outras necessidades que possam surgir no decorrer do processo. Para que isso ocorra, busco parcerias com diversas instituições como Saúde na Escola, Uninorte, Módulo de Saúde, Ufac, entre outros. Além disso, oriento o trabalho do professor da sala de aula. Essa orientação se inicia pelo planejamento das atividades desenvolvidas por ele com o aluno, de acordo com suas especificidades. Meu trabalho alcança, também, os demais segmentos da instituição, através de conversas informais de como lidar com o aluno dentro do contexto escolar, haja vista a pretensão de desmistificar os rótulos e estigmas direcionados ao público alvo, que são os alunos com necessidades educacionais especiais (NEE).

Sendo assim, a escolha do tema se justifica pela sua relevância e pertinência ao se tratar do meu espaço de atuação profissional, diante de minha prática pedagógica na trajetória de onze 11 anos de exercício no Ensino Especial. Desse modo, considero o tema abordado de fundamental importância para o meu enriquecimento profissional.

A inclusão escolar é um tema que vem sendo discutido nos dias atuais e traz à reflexão e análise, a situação da educação inclusiva. Sendo assim, pode-se dizer que o professor precisa buscar uma reflexão constante sobre a sua prática, bem como analisar os conhecimentos prévios dos seus alunos, visando o desenvolvimento de um trabalho de sucesso, onde o saber se torna dialógico.

Na intenção de explorar questionamentos sobre a inclusão, propõe-se analisar alguns pontos que exigem situações de mudanças diante das inovações propostas pelas novas políticas educacionais e práticas pedagógicas, como o Atendimento Educacional especializado - AEE oferecido para os alunos com deficiência intelectual.

Partindo desta perspectiva, o tema proposto se desenvolve sob a problemática: *Como o Atendimento Educacional Especializado poderá desconstruir rótulos gerados durante todo o processo educativo do aluno com deficiência intelectual, frente à necessidade de favorecer o processo de ensino-aprendizagem deste aluno?*

Sendo assim, este estudo tem como objetivo geral: analisar, por meio de uma visão reflexiva, como o Atendimento Educacional Especializado poderá contribuir com a

desconstrução de rótulos gerados durante todo o processo educativo do aluno com deficiência intelectual, visando favorecer o processo de ensino-aprendizagem deste aluno. Os objetivos específicos são: a) verificar as possíveis intervenções realizadas no AEE que contribuem para desmistificar os rótulos construídos durante todo o processo educativo do aluno com deficiência intelectual; b) Identificar juntos aos professores do AEE o conhecimento sobre deficiência intelectual e as dificuldades encontradas para desenvolver um trabalho inclusivo com o aluno com deficiência intelectual; c) Observar as práticas pedagógicas e as atividades realizadas com os alunos com deficiência intelectual no AEE. d) Reconhecer no projeto político da escola - PPP - contribuição e contemplação, relacionadas ao processo de inclusão.

Nesse contexto, abordar-se, entre seus aspectos mais polêmicos, a complexa relação de inclusão do aluno com deficiência intelectual e as possíveis intervenções do AEE, sob a luz dos referenciais teóricos: Gomes (2000), Souza (2007), Ropoli (2010), entre outros. Como pressuposto teórico, baseia-se na abordagem Histórico-Cultural.

A pesquisa foi realizada em uma escola pública localizada no Acre-Rio Branco, cuja metodologia se baseia na abordagem qualitativa de pesquisa, teve como instrumentos de coleta de informações, entrevista semiestruturada; análise documental e observação não estruturada.

Assim, o trabalho encontra-se organizado em seis capítulos, dispostos da seguinte forma:

2 – Fundamentação teórica: De início, aborda o processo de inclusão num contexto escolar inclusivo, considerando os referenciais teóricos, destacando a prática pedagógica do professor de sala de aula do Ensino Fundamental I e em seguida destaca os processos de ensino-aprendizagem e desenvolvimento do aluno com necessidades educacionais especiais a partir do ponto de vista Histórico-cultural e nos subtítulos seguintes, direciona mais para o tema foco da pesquisa que abrange o esclarecimento sobre a Deficiência Intelectual. Onde se apresenta nomenclaturas, definições e ponderações acerca dos processos de inclusão escolar do aluno com deficiência intelectual e as mediações pedagógicas em sala de aula. Já na parte final, apresenta um subtítulo de grande relevância para a pesquisa que são os novos olhares para os processos de aprendizagem e desenvolvimento de alunos com deficiência intelectual diante das possíveis intervenções do AEE. **3 - Objetivos:** Onde se propõe uma abordagem mais detalhada do que aquela assinalada na apresentação, exhibe um detalhamento maior dos objetivos apontados na apresentação, tendo em vista uma ponderação sobre os pontos que se deseja responder para se alcançar os resultados. **4 – Metodologia:** Focaliza o ponto principal da pesquisa, discorrendo sobre os pressupostos metodológicos qualitativos, caracterizando a

metodologia seguida. Logo após, apresenta o contexto da pesquisa, seus participantes, materiais e instrumentos utilizados: entrevista semi-estruturada e observação não estruturada. Os procedimentos de construção de dados expõe a opção pelo contexto e pelos entrevistados e como aconteceu essa abordagem. Nos procedimentos de análise os resultados serão analisados simultaneamente com a discussão teórica e organizados a partir da análise da entrevista e da observação. **5 – Resultados e Discussão dos Resultados:** Apresenta a exposição dos resultados a partir das ferramentas utilizados conforme foram aplicados e mencionados acima e descreve os resultados embasados na contribuição teórica. Esta pesquisa consistiu de dois momentos empíricos: Primeiro momento destaca-se algumas informações relevantes que foram surgindo no decorrer das observações realizadas em sala de aula. O segundo momento aborda as categorias geradas a partir da análise das entrevistas. São elas: Inclusão escolar; Conhecimento sobre deficiência intelectual; Experiência com aluno com deficiência intelectual e Mediações pedagógicas. **6 – Considerações Finais:** Retoma os pontos e os objetivos da pesquisa e particulariza os resultados obtidos, dispondo-se a explicar as principais contribuições do estudo para a conjuntura educativa inclusiva. Além disso, indica recomendações e sugestões para novas averiguações.

Diante dessa estrutura procura-se desenvolver um trabalho coerente e claro para que se possa oferecer uma leitura elucidativa a respeito do tema abordado, sempre considerando os referenciais teóricos e até mesmo o conhecimento empírico, através da práxis pedagógica do próprio investigador.

2. INCLUSÃO, DEFICIÊNCIA INTELECTUAL E ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

2.1 Uma breve retrospectiva histórica da inclusão no Brasil

Antes do início do século XVI, a deficiência passou por muitos status de doença e invalidez. Os apontamentos da sociedade foram diversos:

Desde a eliminação sistemática das crianças que apresentavam alguma deficiência até a assistência pública. Este momento marca a presença da Igreja na sua atenção, passando depois para o reconhecimento de direito à assistência social. Registra-se, ainda, o marco da postura beneficente e protecionista que, em certa medida, escondia a rejeição. Seguiu-se a ênfase no tratamento da saúde enfatizando a busca da cura e ausência completa do aspecto educacional. (SOUZA, 2007, p. 14)

No Brasil, o atendimento educacional das instituições destinado às pessoas com deficiência, como eram identificadas até então, advinham das iniciativas particulares, no ano de 1854. A primeira instituição pública brasileira a funcionar, foi o Imperial Instituto dos Meninos Cegos; a segunda, o Instituto Nacional de Surdos. Em 1874, foi implantado no Hospital Estadual de Salvador, o atendimento, essencialmente médico, para as pessoas com deficiência mental, surgindo vários institutos, como o PESTALOZZI e as Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAES). Em 1931, foi iniciado na Santa Casa de Misericórdia de São Paulo o atendimento aos deficientes físicos.

No Brasil, o atendimento educacional das instituições destinado às pessoas com deficiência, como eram identificadas até então, advinham das iniciativas particulares, no ano de 1854. A primeira instituição pública brasileira a funcionar, foi o Imperial Instituto dos Meninos Cegos; a segunda, o Instituto Nacional de Surdos. Em 1874, foi implantado no Hospital Estadual de Salvador, o atendimento, essencialmente médico, mas a presença do Estado para promover a igualdade de oportunidades de acesso a esses direitos. Do estado de direito passou-se à concepção de integração, em que a opção pelo conceito de “norma”, ou “normalização”, prepara o indivíduo para integrá-lo na sociedade, mas ainda, marca a deficiência, a partir daí, registra-se uma política em construção, que exige mudança de paradigma e de mentalidade, com base no respeito à diversidade, como a Convenção sobre os direitos da criança, de 1989; a Conferência

Mundial sobre Educação para todos, realizada em 1990; a Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais, realizada em Salamanca em 1994.

Tal evolução, num primeiro momento, se estendia à atenção que se prestava às pessoas que apresentavam qualquer tipo de deficiência, posteriormente identificadas como pessoas com necessidades educacionais especiais.

Para Rodrigues e Souza (2007, p. 21):

a inclusão traz consigo uma mudança de foco, centrando não na deficiência, mas no aluno e no sucesso do processo ensino aprendizagem, que enfatiza a necessidade de adequação/adaptação que o meio ambiente precisa ter para atender às necessidades específicas do aluno, nos diversos contextos escolar, familiar e comunitário.

Desse modo, diante de uma nova perspectiva de inclusão:

a compreensão da Educação Especial está relacionada a uma concepção e às práticas da escola comum que mudam a lógica do processo de escolarização, a sua organização e o estatuto dos saberes que são objetos do ensino formal, ensejando novas práticas de ensino, com vistas a atender as especificidades dos alunos que constituem seu público alvo e garantir o direito a educação a todos. (ROPOLI et al, 2010, p. 6)

O ordenamento jurídico brasileiro, no que diz respeito à educação, é constituído por diversas leis, em sua maioria desconhecida para os cidadãos de forma geral. Em se tratando das leis que versam sobre a educação inclusiva, a atenção deve ser redobrada, principalmente, pelos profissionais pertencentes a este sistema de ensino, pois se trata de uma educação voltada para o exercício pleno da cidadania, onde devem ser formados cidadãos conscientes e que respeite o princípio da dignidade da pessoa humana.

Seguindo esse raciocínio, seria importante que o educador estivesse atento a qualquer forma de tratamento discriminatório, como gestos, tom de voz e outras atitudes que possam degradar a dignidade do educando, uma vez que em qualquer tipo de discriminação, seja qual for o formato do preconceito, o aluno que sofre esse abuso pode chegar até à “reprovação, dependendo do dano psicológico e emocional causado à criança” (CAVALLEIRO, 2003, p. 81-89).

Segundo Ropoli (2010), uma das inovações trazidas pela Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (2008) é o Atendimento Educacional Especializado – AEE, um serviço da educação especial que “[...] identifica, elabora, e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade, que elimine as barreiras

para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas” (SEESP/MEC, 2008 apud ROPOLI, 2010, p. 17).

Essa ação exige determinação, competência e compromisso político para conseguir efetivar a transformação, que é gradativa e conflitante, uma vez que envolve mudança de valores e atitudes, implicando na desconstrução de princípios e práticas cingidas pela força do tempo e pela vivência social. É pensando nesse educador atento a qualquer forma de discriminação, que educar observando as questões das diferenças individuais, é criar uma sociedade mais igualitária, livre do preconceito, ou seja, livre dos danos psicológicos e emocionais, portanto, livre dos efeitos sociais negativos, ocorridos em algumas escolas de nosso país.

A observância das leis que amparam a Educação Especial é imprescindível. Faz-se necessário por parte de todos os envolvidos no processo ensino e aprendizagem, e toda comunidade escolar, além dos indivíduos que formam os segmentos dentro da escola, o reconhecimento dessa importância, pois se percebe que a falta do conhecimento por parte de muitos educadores tem ocasionado a negligência aos direitos dos discentes, que diariamente são vítimas do preconceito dentro das salas de aula de muitas escolas brasileiras.

A Constituição Federal de 1988 determina o direito à diversidade às minorias. Com objetivo fundamental: “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade, e quaisquer outras formas de discriminação”. (BRASIL, 1988, artigo 3º). No ano de 1996, nessa mesma perspectiva foi codificada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB) nº 9.394, de dezembro de 1996, ratificando a importância das ações interdisciplinares, no que tange a valorização da diversidade.

2.1.1 Igualdades e diferenças: uma inclusão com excelência

Com a oferta de vagas para os alunos com NEE, surge a necessidade da constante formação na área, para atender essa nova demanda de alunos público alvo da educação especial que foram matriculados na escola e precisavam que fossem desenvolvidos aspectos relacionados à acessibilidade aos espaços, às relações interpessoais, aos conteúdos e as outras atividades que a escola ofereça além da matrícula, que lhes fosse garantido a permanência na escola regular. Neste contexto, a política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva propõe ações que farão a transformação das práticas pedagógicas e de gestão, para assim,

formar sistemas de educação inclusivos e preparados para a formação de todos os alunos.

O processo de inclusão sinaliza um novo conceito que leva à construção de novas práticas pedagógicas que visam não só os alunos com deficiência e sim propõem e garante o direito a uma educação para todos. A inclusão escolar exige maior igualdade de oportunidades propondo a desigualdade de tratamento como forma de restituir uma igualdade que foi rompida por uma forma de segregação do ensino especial e regular. O direito à educação para todos não se limita a cumprir o que está na lei, e sim aplicá-la devidamente às situações discriminadoras. Uma escola justa e acolhedora é desejável para todos e não se sustenta como uma única forma de homens nascerem iguais e serem iguais. Pensar no papel da escola segundo Oliveira (2003) no que diz respeito à formação integral dos indivíduos, deve-se levar em consideração que o mundo atual tem exigido uma formação mais global dos sujeitos sociais. “Escola é cada vez mais sinônimo de educação. Isso significa que além do papel de incorporação e transmissão dos conhecimentos científicos e das habilidades consideradas essenciais pela sociedade, a escola está se colocando a tarefa de formação mais ampla, para a cidadania, do aluno como sujeito social” (OLIVEIRA, 2003, p. 144).

Para impor uma condição de igualdade nas escolas não se aceita que todos os alunos sejam iguais em tudo, como é o caso do modelo escolar mais reconhecido ainda hoje. Devemos considerar as suas desigualdades naturais e sociais, e só estas últimas podem e devem ser eliminadas. Se a igualdade traz problemas, as diferenças podem trazer muito mais. Portanto, quando se entender que não é a universalidade da espécie que define um sujeito, mas sim, suas peculiaridades ligadas a sexo, etnia, origem, crenças, valores, e tratar as pessoas diferentemente pode enfatizar suas diferenças, assim como tratar igualmente os diferentes pode esconder as suas especificidades e excluí-las do mesmo modo; contudo, ser gente é correr sempre o risco de ser diferente. (OLIVEIRA, 2003, p. 144).

2.1.2 Construção do currículo sob uma perspectiva de inclusão

Considerando-se as implicações entre as reflexões aqui colocadas e outras dimensões da vida humana, destacando-se aqui a instituição escolar, no âmbito da problemática a ser abordada, as relações educação verso diferenças naturais, constitui pano de fundo das discussões e análises, a construção de um currículo que atenda as diferenças presentes no contexto educacional. Na esteira destas questões se colocam, também, discussões sobre gestão democrática, organização coletiva, relação teórica e

prática, e planejamento escolar, sempre pensando na construção de uma sociedade cidadã, com direitos e garantias asseguradas a todos os envolvidos nesse processo. Currículo, na visão de Berticelli (1999) configura-se em uma “transgressão, jogo de poder multicultural, lugar de escolhas, inclusões e exclusões, produto de uma lógica explícita, muitas vezes é a expressão da vontade de um sujeito, mas imposição do próprio ato discursivo” (BERTICELLI, 1999, p. 160). Portanto,

ao planejar sua ação pedagógica e ao construir sua proposta curricular, a escola tem de enfrentar a diferença e a desigualdade social, trazendo para o centro das ações e dos debates as questões relativas a valores, à ética, à cultura, entre outras (OLIVEIRA, 2003, p. 144)

A questão do preconceito relativo à inclusão deve ser apresentada à comunidade escolar de forma que sejam permanentemente repensados os paradigmas com que se foi educado. Não se nasce preconceituoso, mas se torna, devido a um histórico processo de negação das diferenças. É através da reflexão dessa negação, que se obterá a possibilidade de repensar e desconstruir os paradigmas que constantemente é reproduzido em sala de aula, construindo uma sociedade livre da discriminação, com identidade cultural mais cidadã, que aceita a diferença na sua plenitude.

Na visão de Gomes *et al* (2000) é obrigação de todo estabelecimento responsável pelo processo de formação de docentes, uma posição contra qualquer tipo de discriminação, muito mais que uma postura política individual ou que se coloca na dependência do Projeto Político Pedagógico (PPP) a ser desenvolvido por essa ou aquela escola, tanto para educação básica quanto para o ensino superior. Um dos rumos a ser alcançado na construção dessa postura poderá ser o desenvolvimento de políticas e práticas voltadas para a diversidade dentro do ambiente educativo. “*Estamos imersos na diversidade*” (GOMES *et al*, 2000, p. 161).

Torna-se necessário a elaboração de propostas pedagógicas que possam ser anexadas ao currículo da escola, ou seja, ao Projeto Político Pedagógico (PPP); uma sugestão que oportunize trabalhar as questões da diversidade em todas as disciplinas, em todos os anos, sempre almejando a superação do preconceito entre todos os membros da comunidade escolar, buscando constantemente, a valorização de todos os sujeitos sociais pertencentes ao sistema de educação brasileiro; mostrando que é possível uma sociedade livre do preconceito pelas diferenças, levando em conta que a discriminação explícita ou velada não atinge apenas o ensino fundamental ou médio, mas alcança o ensino superior. Gomes (2005, p.16) afirma que “os profissionais que

atuam na escola e demais espaços educativos sempre trabalham e sempre trabalharão com as semelhanças e diferenças, as identidades e as alteridades, o local e o global”.

As políticas educacionais e curriculares desenvolvidas no país a respeito da inclusão dos alunos com NEE precisam ser discutidas, analisadas e refletidas pelas secretarias de educação dos municípios e estados brasileiros, incorporadas em suas diretrizes de forma mais comprometida, chegando ao educador através da formação continuada, dos planejamentos escolares, para serem problematizadas pelo educando em sala de aula. Afirmam Moreira e Silva (2000, p. 115):

O currículo não é um elemento inocente e neutro de transmissão desinteressada de conhecimento social, o currículo está implicado em relações de poder. O currículo transmite visões sociais particulares e interessadas, produz identidades individuais, sociais, particulares e contingentes de organizações da sociedade e da educação da sociedade.

Diante do exposto, torna-se necessário um trabalho pedagógico dentro das escolas brasileiras, que busque a conscientização dos educadores no exercício diário, sobre a importância de colocar em prática a determinação da LDB, de forma a não comprometer o desempenho do aluno no processo ensino e aprendizagem, que aborde o sentido da igualdade entre todos, não estigmatizando o aluno, porém, utilizando as diferenças, numa demonstração de respeito e valor à sua contribuição na sociedade.

2.2 Deficiência Intelectual

Entende-se que a deficiência não deve ser tomada como condição para definir a pessoa. As limitações que a deficiência impõem devem ser eliminadas ou minimizadas a partir da organização do meio social e físico no qual a pessoa com deficiência pertence. Para compreensão da pessoa com deficiência intelectual é preciso pensar que todos somos diferentes, que cada pessoa é um ser único e possui um desenvolvimento único.

A deficiência intelectual é definida pela *American Psychiatric Association* (APA, 2002) como um comprometimento intelectual significativamente inferior à média, acompanhado de limitações importantes no funcionamento adaptativo em pelo menos duas das áreas de habilidades abaixo relacionadas: comunicação; cuidado

pessoal; habilidades sociais; utilização dos recursos da comunidade; saúde e segurança; habilidades acadêmicas; lazer e trabalho.

2.2.1 Aspectos gerais da aprendizagem do aluno com deficiência intelectual

O aluno com deficiência intelectual apresenta as mesmas etapas do desenvolvimento e aprendem do mesmo modo que os alunos sem deficiência, no entanto, apresentam um ritmo mais lento na aprendizagem. Segundo Piaget, as estruturas cognitivas correspondem aos processos de desenvolvimento infantil, que são denominados estágios e correspondem a:

- ✓ Sensório-motor: De 0 a 2 anos, a inteligência assume a forma de ações motoras.
- ✓ Pré- operatório: No período pré- operatório, de 3 a 7 anos, a inteligência é de natureza intuitiva.
- ✓ Operatório- concreto: A estrutura cognitiva durante o estágio de operatório concreto, de 8 a 11 anos, é lógica, mas depende de referências concretas e as mediações são importantíssimas nesse estágio.
- ✓ Operações formais: No estágio das operações formais, de 12 a 15 anos, chega-se ao pensamento formal, portanto, pensar envolve abstrações. (TAILLE *apud* PIAGET, 1992, p. 23-36)

Segundo Taille *apud* Piaget (1992), tais estruturas cognitivas mudam através de processos que Piaget denomina de assimilação, acomodação, adaptação e equilíbrio. A assimilação se relaciona à interpretação de fatos da realidade por meio das estruturas cognitivas já existentes, através da interação com o meio. A acomodação está relacionada às mudanças cognitivas, ou seja, à reestruturação cognitiva por meio das assimilações já existentes que resultará em novas estruturas de assimilação: não há acomodação sem assimilação. Desse modo, será através da acomodação que ocorrerá o desenvolvimento cognitivo.

Quando ocorre o equilíbrio entre os processos de assimilação e acomodação é que se dá a adaptação. Esse processo é constante, assim o desenvolvimento cognitivo do sujeito se dá a partir do momento em que esse equilíbrio é rompido e o sujeito tem a necessidade de uma nova assimilação que gerará uma acomodação que juntos formam a adaptação e um novo processo de equilíbrio é alcançado pelo sujeito em interação com o objeto de conhecimento. É importante dizer que Piaget não enfatiza o desenvolvimento da aprendizagem e sim o desenvolvimento cognitivo.

As pessoas com deficiência intelectual utilizam os mesmos mecanismos descritos por Piaget. No entanto, demonstram, às vezes, oscilações no uso dos esquemas das estruturas intelectuais. É, também, freqüente apresentarem um falso equilíbrio ou viscosidade genética. Desse modo, pessoas com deficiência intelectual podem não conseguir finalizar o desenvolvimento de suas estruturas intelectuais, embora Piaget, não fale em aprendizagem, mas em desenvolvimento, os dois conceitos estão relacionados, assim pode-se dizer que a criança não alcança a aprendizagem que se espera na escola.

Por ter esta característica de aprendizagem, a dificuldade no pensamento abstrato, é que pessoas com deficiências intelectual tornam-se menos aceitas na escola regular, pois, a escola regular preza por uma homogeneidade de aprendizagem e consequentemente de pessoas que não é possível existir quando se pensa nas diferenças próprias dos seres humanos.

2.3 Atendimento Educacional Especializado (AEE): possíveis intervenções para o aluno com deficiência intelectual

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), trouxe consigo, como inovação o Atendimento Educacional Especializado (AEE). De acordo com SEESP/MEC (2008), é um serviço da educação especial que *identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade, que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas*. O AEE complementa e/ou suplementa a formação do aluno, visando a sua autonomia na escola e fora dela, constituindo oferta obrigatória pelos sistemas de ensino. É realizado, de preferência, nas escolas comuns, em um espaço físico denominado Sala de Recursos Multifuncionais. Portanto, é parte integrante do projeto político pedagógico da escola. São atendidos, nas Salas de Recursos Multifuncionais, alunos público-alvo da educação especial, conforme estabelecido na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva e no Decreto nº 6.571/2008.

- ✓ Alunos com deficiência: aqueles [...] que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (ONU, 2006).

- ✓ Alunos com transtornos globais do desenvolvimento: aqueles que apresentam alterações qualitativas das interações sociais recíprocas e na comunicação, um repertório de interesses e atividades restrito, estereotipado e repetitivo. Incluem-se nesse grupo alunos com autismo, síndromes do espectro do autismo e psicose infantil. (MEC/SEESP, 2008).
- ✓ Alunos com altas habilidades/superdotação: aqueles que demonstram potencial elevado em qualquer uma das seguintes áreas, isoladas ou combinadas: intelectual, acadêmica, liderança, psicomotricidade e artes, além de apresentar grande criatividade, envolvimento na aprendizagem e realização de tarefas em áreas de seu interesse (MEC/SEESP, 2008).

A matrícula no AEE é condicionada à matrícula no ensino regular. Esse atendimento pode ser oferecido em Centros de Atendimento Educacional Especializado da rede pública ou privado, sem fins lucrativos. Tais centros, contudo, devem estar de acordo com as orientações da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) e com as Diretrizes Operacionais da Educação Especial para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica (BRASIL, 2009).

Os conselhos de educação têm atuação primordial no credenciamento, autorização de funcionamento e organização destes centros de AEE, zelando para que atuem dentro do que a legislação, a Política e as Diretrizes orientam. No entanto, a preferência pela escola comum como o local do serviço de AEE, já definida no texto constitucional de 1988, foi reafirmada pela Política, e existem razões para que esse atendimento ocorra na escola comum.

Portanto, torna-se fundamental que o AEE seja realizado na escola inclusiva em que o aluno está matriculado, tendo em vista que favorece as discussões cotidianas entre os envolvidos no processo e a elaboração de estratégias para atender as necessidades educacionais especiais dos alunos. Ademais, interage o aluno em um meio de formação coletivo e proporciona as famílias vivenciar momentos inclusivos de desenvolvimento e de ensino de seus filhos, sem ter que buscar esse atendimento fora da escola. (BRASIL, 2010)

O Atendimento Educacional Especializado – AEE, é um serviço da educação especial que apesar de ser obrigatório, como citado no início, só após o programa de implantação das salas de recursos multifuncionais e da publicação da política nacional da educação especial, na perspectiva da educação inclusiva, passou a ter força nas escolas de ensino regular. Assim, a escola passou por mudanças em sua organização para inserir esse novo espaço em seu ambiente.

Ao focar nas especificidades do Atendimento Educacional especializado para os alunos com deficiência intelectual, destaca-se que:

o aluno com deficiência intelectual, como sujeito social, se beneficia das inúmeras mediações que caracterizam as relações sociais e interpessoais estabelecidas no espaço escolar, as quais são marcadas também pelos conflitos e contradições da vida em sociedade. No atendimento educacional especializado, a avaliação se efetiva através do estudo de caso, que visa a construir um perfil do aluno que possibilite elaborar o plano de intervenção do AEE. O estudo de caso se faz através de uma metodologia de resolução de problema, que identifica a sua natureza e busca uma solução. (BRASIL, 2011, p. 09)

Segundo Deirolli (2014) o estudo de caso precisa ser elaborado pelo professor do AEE em conjunto com o professor de sala de aula e demais profissionais que participam do cotidiano escolar desse aluno. Sendo assim, a avaliação se dá a partir de três espaços dos quais o aluno compartilha: “sala de recursos multifuncionais, sala de aula e família. Na escola, a avaliação deve ocorrer em diferentes ambientes e em diferentes momentos”. (DEIROLI, 2014, p. 09-10). Além disso, o professor do AEE deve observar a organização, a gestão da sala de aula, o recreio, às brincadeiras, as atividades realizadas na biblioteca e no laboratório de informática.

A avaliação realizada na sala de recursos multifuncionais, na sala de aula e na família visa recolher informações sobre o aluno considerando seis aspectos principais: desenvolvimento intelectual e funcionamento cognitivo; a expressão oral; o meio ambiente; as aprendizagens escolares; o desenvolvimento afetivo-social e as interações sociais; os comportamentos e atitudes em situação de aprendizagem e o desenvolvimento psicomotor. A partir das informações obtidas nos três ambientes de avaliação, o professor do AEE constrói o perfil do aluno, bem como identifica a natureza do problema que mobilizou o encaminhamento desse aluno para a sala de recurso multifuncional. (SOUZA, 2007, p. 9-10).

Sendo assim, na perspectiva da educação inclusiva, o processo de reorientação de escolas especiais e centros especializados requerem a construção de uma proposta pedagógica que institua nestes espaços, principalmente, serviços de apoio às escolas para a organização das salas de recursos multifuncionais e para a formação continuada dos professores do AEE.

3 OBJETIVOS

Diante da revisão da literatura, onde se considerou as reflexões, as afirmações e as conclusões dos teóricos pesquisados e da pertinência e interesse do tema, formulou-se os objetivos que nortearão essa pesquisa, da forma mais clara e coerente possível, para que não se perca o foco da pesquisa:

3.1 Objetivo Geral :

Sendo assim, este estudo tem como objetivo geral: Analisar, por meio de uma visão reflexiva, como o Atendimento Educacional Especializado poderá contribuir com desconstrução de rótulos gerados durante todo o processo educativo do aluno com deficiência intelectual, visando favorecer o processo de ensino-aprendizagem deste aluno.

3.2 Objetivos específicos:

a) verificar as possíveis intervenções realizadas no AEE que contribuem para desmistificar os rótulos construídos durante todo o processo educativo do aluno com deficiência intelectual;

b) Identificar juntos aos professores do AEE o conhecimento sobre deficiência intelectual e as dificuldades encontradas para desenvolver um trabalho inclusivo com o aluno com deficiência intelectual;

c) Observar as práticas pedagógicas e as atividades realizadas com os alunos com deficiência intelectual no AEE.

d) Reconhecer no projeto político da escola – PPP contribuição e contemplação, relacionadas ao processo de inclusão.

4 - METODOLOGIA

4.1 Pressupostos Metodológicos

A pesquisa foi embasada por um aporte teórico importante sobre processos inclusivo, deficiência intelectual e AEE. Posteriormente se constitui de uma pesquisa de campo em uma escola pública que entrelaçada a fundamentação teórica, visou atender aos objetivos propostos.

A metodologia da presente pesquisa tem caráter qualitativo, com objetivo exploratório, pois “envolve a obtenção de dados descritivos obtidos no contato direto do pesquisador com a situação estudada, enfatiza mais o processo que o produto e se preocupa em retratar a perspectiva dos participantes” (LUDCKE, 1996, p. 13).

4.2 Contexto da Pesquisa

A Escola de Ensino Fundamental localizada no Rio Branco-Acre foi inaugurada, através do decreto 182. Este atenderia a demanda da comunidade de um recém-criado conjunto habitacional. Uma Unidade de Ensino que pertencente à rede escolar oficial da Secretaria de Estado de Educação e mantida pelo Governo do Estado do Acre. A princípio atendia da educação Infantil ao Ensino Médio, com várias modalidades de ensino: Pré-Escola, Ensino Regular – Fundamental I e II, Educação Básica (Aceleração) de 1ª a 4ª série, Supletivo e Telecurso 2000 de 5ª a 8ª série e Ensino Médio. Mas, a partir de 2002 passa a funcionar com o atendimento do Ensino Fundamental II - do 6º ao 9º ano, sendo inserido posteriormente, o programa de aceleração da aprendizagem “Projeto Poronga”. O “Mais Educação” é o programa desenvolvido pela escola a partir do ano de 2015 que chega para corroborar com a qualidade do Ensino e Aprendizagem.

O processo de identidade da escola foi construído ao longo dos anos pela participação de funcionários de apoio, professores, alunos e pais, de forma individual, pelo amigo da escola, Conselho escolar e Comitê Executivo. Estes recebem regimentalmente a atribuição de discutir, analisar, sugerir alternativas para a escola de abrangência pedagógica, administrativas, regimentais e gerenciamento de recursos.

A Escola de Ensino Fundamental tem possui 500 alunos matriculados e distribuídos nos 02 turnos. A escola recebe alunos com necessidades educacionais especiais com distintas deficiências. A clientela é constituída por alunos na faixa etária de 10 a 16

anos, oriundos em sua maioria da própria localidade, mas há uma parcela significativa provenientes de outros bairros.

A Escola funciona com o quadro de funcionários formado por: um diretor, uma coordenadora de ensino, uma coordenadora pedagógica, uma coordenadora administrativa, uma secretária, 34 funcionários de apoio do quadro permanente, quatro funcionários de cooperativa/terceirizados, 26 professores do quadro permanente e dez professores do quadro temporário. Possui uma estrutura física formada por dez salas de aula, uma biblioteca, um laboratório de informática, um auditório, uma sala de recursos multifuncionais, uma cantina, uma quadra de esporte, duas salas de coordenação, uma sala de gestão, uma sala de professores e uma secretaria.

4.3 Participantes

Participaram da pesquisa: uma professora do AEE e duas professoras que atuam em sala de aula, além de mim, enquanto pesquisadora. Em função da discussão dos resultados, estes foram organizados da seguinte forma:

[A] Professora do AEE

[B] Professora da sala de aula: [B1] e [B2]

[C] Pesquisadora

[A] Sou professora de geografia a dezoito anos, tenho 42 de idade, sou casada mãe de três filhos. Minha trajetória na área do AEE, paralelamente, teve início quando em minha sala de aula havia um aluno com deficiência intelectual e a professora itinerante me convidou para fazer parte do Ensino Especial. Procurei me especializar e estou a oito anos nessa atividade que muito me agrada.

[B1] Sou professora de história efetiva, tenho 38 anos, solteira. Desde o ensino fundamental I, me identifiquei muito com a professora de história e passei a gostar da disciplina. Depois que fui para o ensino médio, tive certeza que iria prestar vestibular para história, passei, concluí o curso e depois que iniciei minha carreira profissional, fiz faculdade de direito, apesar de não atuar nessa área. Minha primeira experiência como professora foi num município do Acre, no ensino fundamental II. Gosto do que faço, apesar de encontrar muitas barreiras que me impedem de realizar meu trabalho como gostaria, como falta de material, desinteresse dos alunos em salas super lotadas, falta de apoio dos pais, entre outros. Porém, vou seguindo em frente na esperança de contribuir de alguma forma para a formação do

cidadão crítico.

[B2] Sou professora de Língua Portuguesa, especialista em literatura infantil. Tenho 37 anos, casada. Comecei minhas atividades profissionais como professora provisória. Prestei concurso e atualmente sou professora do quadro efetivo e trabalho com o ensino fundamental II na rede pública e dou aulas de redação na rede particular. Sempre tive facilidade em assimilar essa disciplina, pois a leitura sempre fez parte da minha vida, e é isso que procuro despertar nos meus alunos: o gosto pela leitura. Atuo em projetos desenvolvidos nas escolas e estou sempre engajada em atividades que promovam o hábito da leitura.

[C] Meu nome é C, tenho 46 anos de idade, mãe de três filhos; iniciei minha trajetória profissional como secretária de uma clínica de estética. Meu interesse pela pedagogia despertou ao iniciar o magistério com a pretensão de ingressar num curso superior de matemática, porém, o meu primeiro contato com um aluno com síndrome de Dawn, ainda na Escola SESI, onde trabalhei por quatro anos como professora auxiliar em turmas de quatro a cinco anos, me motivou a ir em busca de um processo seletivo para trabalhar como professora itinerante. Há onze anos trabalho na rede pública estadual e municipal, atuando no AEE e nos últimos três anos, paralelamente, como mediadora.

4.4 Materiais

Para a construção, organização e análise das informações foram utilizados os seguintes recursos materiais: Papel, caneta, computador e celular/gravador.

4.5 Instrumentos

Os instrumentos utilizados para a construção de dados foram entrevista, análise documental e observação.

4.5.1 Pesquisa Documental

A pesquisa documental se deu através da análise do PPP - Projeto Político Pedagógico - da escola, apresentado pela coordenadora pedagógica, visando reconhecer no projeto político da escola, contribuição e contemplação relacionadas ao processo de inclusão.

4.5.2 Entrevista semiestruturada

Os objetivos da pesquisa foram os principais elementos norteadores para a construção e organização do roteiro das entrevistas semiestruturadas. Estas foram fundamentais para verificar as possíveis intervenções realizadas no AEE que contribuem para desmistificar os rótulos construídos durante todo o processo educativo do aluno com deficiência intelectual. Ademais, identificar juntos aos professores do AEE o conhecimento sobre deficiência intelectual e as dificuldades encontradas para desenvolver um trabalho inclusivo com o aluno com deficiência intelectual.

Portanto, foram realizadas três entrevistas semiestruturadas direcionadas às duas professoras de sala de aula, onde está incluído um aluno com deficiência intelectual em cada sala e uma a professora do AEE.

4.5.3 Observação não estruturada

As observações ocorreram em sala de aula com o intuito observar as práticas pedagógicas e as atividades realizadas com os alunos com deficiência intelectual no AEE.

4.6 Procedimentos de Construção de Dados

Os critérios que me levaram a escolher essa escola foram por conhecer a mesma, sua gestão e saber que não encontraria empecilhos para a realização da pesquisa. Foi importante também por ser uma das primeiras escolas a implantar a sala de recursos multifuncionais e ter um público maior de alunos com deficiência intelectual. Minha abordagem foi feita através de conversas informais, onde procurei expor a necessidade de realizar a pesquisa. Neste momento inicial apresentei: o Aceite institucional (Anexo A.); Carta de Apresentação (Anexo B) Termos de Consentimento Livre e Esclarecido para a equipe escolar – TCLE (Anexo C); e o roteiro de Entrevista semiestruturada (Apêndice A). Posteriormente, foram agendadas as entrevistas, observações e análise de documento.

4.6.1 Análise Documental

A direção autorizou a pesquisa na escola e, iniciei a mesma pedindo o Projeto Político Pedagógico PPP. Ao iniciar a pesquisa no dia 29/09/2015 (terça-feira), fiz a análise do PPP, único documento disponível, por um período de três horas, me ative ao texto do documento que contempla a inclusão.

Quadro nº 1 - Análise documental

Nº DA SESSÃO	DATA	OBJETIVO	PRODUTO
1ª	29/09/2015 (terça-feira). Horário: De 08:00 às 11:00	Reconhecer no projeto político da escola – PPP contribuição e contemplação, relacionadas ao processo de inclusão.	<ul style="list-style-type: none"> - O PPP prevê ações de acompanhamento e articulação entre o trabalho do professor do AEE e os professores das salas comuns, ações de monitoramento da produção de materiais didáticos especializados, bem como recursos necessários para a confecção destes. Além das condições para manter, melhorar e ampliar o espaço das salas de recursos multifuncionais inclui-se no PPP a previsão de outros tipos de recursos, equipamentos e suportes que forem indicados pelo professor do AEE ao aluno. - No projeto propõe-se que o professor de AEE da escola acompanhe a trajetória acadêmica de seus alunos, no ensino regular, para atuar com autonomia na escola e em outros espaços de sua vida social. Sendo de fundamental importância estabelecer uma articulação com os professores do ensino comum, entre os familiares do aluno e, caso seja necessário, com profissionais da área clínica.

4.6.2 Observação não estruturada

As observações se deram em dois momentos: no Atendimento Educacional Especializado e em sala de aula. Dessa maneira, houve a oportunidade de observar o trabalho realizado com os alunos com deficiência no AEE, bem como as atividades realizadas por eles em sala de aula.

Quadro nº 02 - Observação não estruturada

N. DA SESSÃO	DATA	OBJETIVO	PRODUTO
1ª - AEE	01/10/2015 (quinta) Horário: De 08:00 às 09:30	Observar as práticas pedagógicas e as atividades realizadas com os alunos com deficiência intelectual no AEE.	- Segundo a professora, as atividades direcionadas aos alunos com deficiência intelectual pelo AEE, visam respeitar as especificidades e o ritmo de aprendizagem dos alunos. As atividades foram trabalhadas com materiais concretos como: - tecnologia assistiva, - quebra cabeça, - blocos lógicos, - sacolão criativo, - dominó de frases, - jogo da memória, - reconto de histórias, dentre outros.
2ª- Sala de Aula	05/10/2015 (segunda) Horário: De 15:00 às 16:30	Observar as práticas pedagógicas e as atividades realizadas com os alunos com deficiência intelectual no AEE.	Na observação em sala de aula percebe-se que pela disposição da carteira do aluno com deficiência intelectual, ele não interage com os demais. Assim, como nos trabalhos em grupo ele não foi inserido. Na realização das atividades não se verificou nenhuma adaptação às particularidades do aluno.

5.3 - Entrevistas

As entrevistas se deram no período do dia 01/10/2015 a 05/10 2015. Estas foram gravadas em áudio. Após a realização das entrevistas houve a transcrição das gravações. As entrevistas semiestruturadas estavam previstas para serem realizadas com três professores de sala de aula, mas foram realizadas com os dois professores da escola de sala de aula e uma professora do AEE. Portanto, foram realizadas três entrevistas semiestruturadas com duas professoras de sala de aula, onde está incluído um aluno com deficiência intelectual em cada sala, e uma com a professora do AEE .

4.7 Procedimentos de análise

Os resultados foram ponderados respectivamente com a discussão teórica e constituídos a partir da análise de documentos, observação e entrevistas semiestruturadas. Desse modo, compreende-se que os dados gerados por meio da utilização desses instrumentos de pesquisa mencionados acima se constituem em função dos objetivos da pesquisa. Estes foram elaborados com base na problemática que faz parte das experiências profissionais da pesquisadora. Pois ela direcionou o seu olhar para analisar, por meio de uma visão reflexiva, como o Atendimento Educacional Especializado poderá contribuir com desconstrução de rótulos gerados durante todo o processo educativo do aluno com deficiência intelectual, visando favorecer o processo de ensino-aprendizagem deste aluno.

Portanto, visando atender aos objetivos do estudo, as entrevistas foram agrupadas em categorias envolvendo um maior número de questões levantadas no momento empírico. Lembrando que as entrevistas foram agrupadas de acordo com suas referentes correlações e serão utilizadas na discussão dos resultados.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO TEÓRICA DOS RESULTADOS

Os resultados serão analisados simultaneamente com a discussão teórica e organizados a partir da análise de documentos, observação e entrevistas.

Inicialmente, foram levantados alguns pontos importantes trazidos da análise do PPP. Em seguida, destacaram-se informações essenciais da observação realizada em sala de aula e do AEE.

Por último, contemplou-se categorias que surgiram a partir da análise das entrevistas. Estas foram agrupadas e constituídas da seguinte forma: Inclusão escolar; Conhecimento sobre deficiência intelectual; Experiência com aluno com deficiência intelectual e Mediações pedagógicas.

5.1 O Projeto Político Pedagógico

De acordo com o documento analisado, percebe-se que a escola, lócus da pesquisa, objetiva sua ação educativa, fundamentada nos princípios da universalização de igualdade de acesso, permanência e sucesso do aluno na escola, buscando de forma efetiva uma Escola de qualidade, democrática, participativa e comunitária, sendo espaço cultural de socialização e desenvolvimento do educando, preparando-o para o exercício pleno e consciente de seus direitos e deveres, enquanto cidadão.

O documento contempla o disposto na legislação, em que garante o acesso a todos com igualdade com a concepção de Inclusão, respeitando as diferenças e as necessidades individuais, acomodando os ritmos de aprendizagens e assegurando uma educação de qualidade a todos, com estratégias de ensino adequada a necessidade do aluno, utilizando recursos e firmando parceria com as instituições, os pais e a comunidade.

A sala de recursos Multifuncional funciona no contra turno da unidade, a partir de um cronograma de atendimento individual e em pequenos grupos, integrada ao Atendimento Educacional Especializado (AEE), são desenvolvidas funções e atividades de vida diária, autonomia e por fim busca minimizar as barreiras que impedem o processo ensino e aprendizado do aluno. As ações se integram aos compromissos do Projeto Político Pedagógico da Escola.

Analisando o Projeto Político Pedagógico da Escola, pode constatar um interesse em garantir os direitos de acesso e permanência dos alunos com NEE, observando o disposto na legislação que garante o acesso a todos com igualdade e com qualidade (Constituição Federal

de 1988, art. 205, art. 206 e art.213, a lei 9.394/96: art.58, art. 59 e art. 60, a lei nº 8069/1990, art. 53) A Escola, de acordo com o PPP, trabalha com a concepção de inclusão respeitando as diferenças e as necessidades individuais, acomodando os ritmos de aprendizagens e assegurando uma educação de qualidade a todos, com estratégias de ensino adequada a necessidade do aluno.

Hoje, ao planejar sua ação pedagógica e ao construir sua proposta curricular, a escola tem de enfrentar a diferença e a desigualdade social, trazendo para o centro das ações e dos debates as questões relativas a valores, à ética, à cultura, entre outras (OLIVEIRA, 2003, p. 144).

Segundo o PPP, os professores comuns e os da Educação Especial precisam se envolver para que seus objetivos específicos de ensino sejam alcançados, compartilhando um trabalho interdisciplinar e colaborativo. As frentes de trabalho de cada professor são distintas. Ao professor da sala de aula comum é atribuído o ensino das áreas do conhecimento, e ao professor do AEE cabe complementar/suplementar a formação do aluno com conhecimentos e recursos específicos que eliminam as barreiras as quais impedem ou limitam sua participação com autonomia e independência nas turmas comuns do ensino regular. Através das minhas observações consegui facilmente perceber que o PPP, embora possua objetivos, estratégias e considerações que garantem um atendimento satisfatório, não tem sido observado em sala de aula, onde os alunos com deficiência intelectual quando não são um estorvo, conseguem ser invisíveis à maioria dos professores. Do meu ponto de vista, isso se deve à falta de formação, conhecimento e disposição. A inclusão possui, dentro do processo educativo, uma trajetória ainda curta, portanto, ainda não é efetivada satisfatoriamente na prática das salas de aula.

5.2 Observação não estruturada

No decorrer da pesquisa de campo observei que o trabalho realizado com os alunos com deficiência intelectual no AEE, bem como as atividades realizadas por eles. Dessa forma, percebi que as atividades trabalhadas na sala do AEE são realmente pertinentes, pois buscam desenvolver o cognitivo do aluno com deficiência intelectual. São atividades lúdicas, que envolvem o aluno de forma significativa e prazerosa.

Observei que as atividades desenvolvidas na sala de aula, não estão sendo satisfatórias para o aluno, uma vez que são inflexíveis, não consideram as especificidades do aluno com deficiência intelectual, nem mesmo há um planejamento com as adequações necessárias para

que o mesmo se sinta incluído, a exemplo disso, observei que para o aluno realizar um trabalho em grupo, o mesmo é retirado da sala para fazê-lo no AEE.

5.3 Entrevistas

As análises das entrevistas foram organizadas conforme as categorias citadas acima. Os entrevistados serão mencionados nesse capítulo da pesquisa segundo a disposição feita no item “Participantes da Metodologia”. Estes foram agrupados da seguinte forma:

[A] Professora do AEE

[B] Professora da sala de aula: [B1] e [B2]

[C] Pesquisadora

5.3.1 Inclusão escolar

Analisando o processo de inclusão escolar, mais especificamente do aluno com deficiência intelectual, identifiquei a falta de conhecimento sobre o que realmente é inclusão escolar, por parte da professora de sala de aula, cujo discurso formal não traduz a realidade; portanto a professora do AEE demonstrou um conhecimento maior sobre a inclusão escolar, priorizando a capacitação, o conhecimento para uma articulação, adaptação e orientação que promova uma verdadeira inclusão escolar. A professora do AEE identifica nesse processo a necessidade que o profissional do AEE esteja capacitado, e que este entenda/compreenda o mínimo de cada deficiência.

Ilustram-se tais questionamentos acima com as respectivas falas:

Pela definição dos termos, inclusão social é um processo de união entre pessoas consideradas “normais” há outras ditas “especiais”. Incluir no seio da sociedade, ou em grupos escolares, crianças, jovens e adultos que tem alguma deficiência ou habilidade “comum”. É algo simples, que deveria acontecer naturalmente. [B1]

Quando se fala de inclusão é necessário que o profissional do AEE esteja capacitado, e que este entenda/compreenda o mínimo de cada deficiência. As formações nos trazem sempre o “novo” para que possamos disseminar o conhecimento dentro da instituição a qual trabalhamos. Pois para que esta articulação/orientação seja eficaz em qualquer setor do ambiente escolar, o profissional do AEE tem de ter conhecimento/segurança do que se fala e faz. [A]

O que remete ao pensamento de que:

A inclusão traz consigo uma mudança de foco, centrando não na deficiência, mas no aluno e no sucesso do processo ensino-aprendizagem, que enfatiza a necessidade de adequação/ adaptação que o meio precisa ter para atender às necessidades específicas do aluno, nos diversos contextos escolar, familiar e comunitário. O que significa entender que é a escola que precisa se adequar para atender às necessidades educacionais de todos os alunos e não o contrário, como sugere a concepção inerente no conceito de integração. O princípio da inclusão é não deixar nenhum aluno fora do ensino regular desde o começo, e, para isso, preconiza que o sistema educacional deve se organizar considerando as necessidades de todos os alunos, incluindo adequação da escola, que deve estruturar-se para atender às diferenças demandas educacionais dos alunos. (RODRIGUES; SOUZA, 2007, p. 21)

Segundo Ropoli (2010), uma das inovações trazidas pela Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (2008) é o Atendimento Educacional Especializado – AEE, um serviço da educação especial que “[...] identifica, elabora, e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade, que elimine as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas” (SEESP/MEC,2008), (ROPOLI, 2010, p. 17)

5.3.2 Conhecimento sobre deficiência intelectual

Quanto ao conhecimento sobre deficiência intelectual, percebi que as professoras o possuem, porém, o que diferencia os saberes é a forma como o mesmo é expressado. As professoras A e B1 apresentam um conceito construído pela própria experiência do exercício da sua função. A Professora B2 apresenta um conhecimento mais sistematizado, adquirido pela sua formação e prática vivenciada. Como se pode perceber nas considerações das professoras sobre deficiência intelectual:

É uma dificuldade que a pessoa tem em aprender , compreender e realizar atividades que são comuns à maioria das pessoas, devido a um funcionamento inferior de seu intelecto.[A]

O que eu sei sobre deficiência intelectual é que por algum motivo, aquele aluno não tem habilidades compatíveis com o desenvolvimento considerado normal para sua faixa etária, em relação ao seu entendimento de mundo, em relação aos valores que adquirem com a educação, com discernimento do que é certo ou errado (em alguns casos). [B1]

Embora a escola leve em conta apenas o comprometimento intelectual, a criança deve ser vista em todas as áreas do desenvolvimento. Infelizmente, a escola ainda valoriza a escrita, leitura e cálculo em detrimento às outras áreas do conhecimento e o aluno com deficiência intelectual já chega à escola em desvantagem por causa dessa supervalorização. [B2]

A deficiência intelectual é definida pela American Psychiatric Association (APA, 2002) como um comprometimento intelectual significativamente inferior à média, acompanhado de limitações importantes no funcionamento adaptativo em pelo menos duas das áreas de habilidades abaixo relacionadas: comunicação; cuidado pessoal; habilidades sociais; utilização dos recursos da comunidade; saúde e segurança; habilidades acadêmicas; lazer e trabalho.

Outro ponto a ser destacado é que muitas das professoras apresentam certo conhecimento sobre o assunto, porém, demonstra um desânimo diante das dificuldades encontradas. Tais dificuldades apontadas por elas incluem: a ausência de material pedagógico adequado e a falta de planejamento com a professora do AEE, em virtude da incompatibilidade de horário, apesar de se sentirem interessada e necessitada dessa orientação.

5.3.3 Experiência com aluno com deficiência intelectual

No que tange à experiência com aluno com deficiência intelectual, destaca-se nas falas das professoras de sala de aula certo progresso em suas experiências adquirido com o tempo, uma forma mais produtiva de trabalhar e principalmente de avaliar o aluno foco da pesquisa.

Minhas experiências com eles, atualmente, é melhor do que antes, quando eu não tinha noção de como trabalhar e avaliar o desenvolvimento deles, eu os avalio com as limitações, nem sempre avalio as questões relacionadas a minha disciplina (Língua Portuguesa), mas os avalio de acordo com a postura em sala, sua socialização, participação e perguntas orais. [B2]

Enquanto que a professora do AEE garante a participação dentro do ambiente escolar, se trabalhados através de objetivos definidos. Esta aponta os pais ou responsáveis como principais barreiras do crescimento deste indivíduo, por falta de conhecimento ou maneira inadequada de trabalhar a promoção do desenvolvimento de seu filho (a).

Os alunos que acompanhei/acompanho dentro da sala de recursos multifuncionais, são crianças que na maioria das situações, quando trabalhadas com objetivos definidos conseguem ter participação dentro do ambiente escolar. Em alguns casos, percebe-se que o primeiro passo para essa participação plena no ambiente escolar depende dos pais/responsáveis, que impedem o crescimento deste indivíduo por falta de conhecimento que seu filho (a) tem. Outras situações os pais/responsáveis conhecem a deficiência, mas trabalham o desenvolvimento de seu filho (a) de maneira não tão acertada. [A]

Sobre a experiência com aluno com NEE, é importante que o educador estivesse atento a qualquer forma de tratamento discriminatório, como gestos, tom de voz e outras atitudes que possam degradar a dignidade do educando, uma vez que em qualquer tipo de discriminação, seja qual for o formato do preconceito, o aluno que sofre esse abuso pode chegar até à “reprovação, dependendo do dano psicológico e emocional causado à criança” (CAVALLEIRO, 2003, p. 81-89).

5.3.4 Mediações pedagógicas

No que diz respeito às mediações pedagógicas, verifiquei que a postura teórica das professoras de sala de aula são bem coerente, pois elas apresentam mediações relevantes, como o acompanhamento efetivo e planejamento direcionado, porém em sua prática cotidiana pude observar que não é uma realidade, uma vez que dispõe de planejamento, mas os horários são incompatíveis. Outra questão que chama a atenção é que as atividades desenvolvidas em sala de aula, nem sempre consideram as especificidades do aluno. Suas primeiras dificuldades ocasionam todas as outras, uma vez que afirmam, na maioria das vezes, não possuir capacitação.

Já a professora de AEE, demonstra que as atividades desenvolvidas na sala de aula, não estão sendo satisfatórias para o aluno, uma vez que são inflexíveis, não consideram as especificidades do aluno com deficiência intelectual, nem mesmo há um planejamento com as adequações necessárias para que o mesmo se sinta incluído. Esta tem consciência da importância desse acompanhamento, mas admite que o interesse é mínimo por parte da maioria dos professores de sala de aula, que não consideram o que está assegurado no PPP, conforme descrito no início do capítulo.

Devemos procurar saber como está ocorrendo esse processo ensino aprendizagem na sala de aula para a aquisição do conhecimento curricular. Como está a aceitação do professor e da sala (alunos),

quando se tem um aluno com deficiência. O professor regente não se sente totalmente capacitado para trabalhar com este aluno.

Em conformidade com a análise dos teóricos numa concordância geral, nos dias atuais diante de uma nova perspectiva de inclusão, a compreensão da Educação Especial está relacionada a uma concepção e às práticas da escola comum que mudam a lógica do processo de escolarização, a sua organização e o estatuto dos saberes que são objetos do ensino formal, ensejando novas práticas de ensino, com vistas a atender as especificidades dos alunos que constituem seu público alvo e garantir o direito a educação a todos.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando o que foi abordado no desenvolvimento desse trabalho - a inclusão, que traz a obrigatoriedade legal de ser inserida no currículo escolar, além de uma atenção voltada às questões do aluno com NEE - constata-se através do referencial teórico utilizado, das entrevistas e da observação da prática pedagógica, a necessidade legítima de uma intervenção pedagógica no currículo que trabalhe realmente a questão das necessidades especiais existentes nas escolas, combatendo o preconceito e valorizando esses alunos, considerando suas especificidades; trabalho esse, que deve ser desenvolvido com toda a comunidade escolar. Pois é inútil um currículo bem estruturado, que contemple a inclusão de forma Legal, que não se traduza na prática, portanto, o objetivo específico: Reconhecer no projeto político da escola -PPP- contribuição e contemplação, relacionadas ao processo de inclusão, foi atingido.

Quanto ao objetivo: Verificar as possíveis intervenções realizadas no AEE que contribuem para desmistificar os rótulos construídos durante todo o processo educativo do aluno com deficiência intelectual foi alcançado, uma vez que percebeu-se que é no AEE que o aluno é trabalhado em cima de suas potencialidades, enquanto que na sala de aula, busca-se trabalhar as dificuldades do aluno.

Outro objetivo: Identificar junto aos professores do AEE o conhecimento sobre deficiência intelectual e as dificuldades encontradas para desenvolver um trabalho inclusivo com o aluno com deficiência intelectual, foi atingido, uma vez identificado o pleno conhecimento sobre deficiência intelectual pelas professoras do AEE, que indicam como maiores dificuldades para o desenvolvimento de seu trabalho com esse aluno, a falta de material didático específico, tecnologia assistiva deteriorada, material para confecção de cartazes, jogos, entre outros e a ausência de um maior conhecimento e comprometimento dos professores de sala de aula.

Sobre o objetivo: Observar as práticas pedagógicas e as atividades realizadas com os alunos com deficiência intelectual no AEE, foi o mais prazeroso de se alcançar, uma vez que se pôde perceber a dedicação e responsabilidade com que é desenvolvido os trabalhos com os alunos com NEE. Portanto, quanto ao alcance dos objetivos propostos, posso concluir que se deu de forma satisfatória.

No desenvolvimento desse trabalho de conclusão de curso, foi possível analisar amplamente por uma visão crítica reflexiva e concluir a importância de se procurar reconhecer a igualdade ao aprender como ponto de partida e as diferenças no

aprendizado como processo e ponto de chegada, buscando, através das diferenças, desenvolver atividades que produzam um efeito construtor das capacidades, dentro das especificidades.

A importância da elaboração de um calendário anual de ações que venham contribuir para a eliminação de qualquer tipo de prejuízo dentro do contexto escolar, mostrou-se relevante, como ponto de partida para que se considere e atenda as diferenças, respeitando essa diferença sem perder a noção das necessidades específicas, o que será possível quando houver um comprometimento dos envolvidos no processo da promoção de educação, desde as esferas superiores até o interior da sala de aula, num processo contínuo de formação, acompanhamento, incentivo e preparação, que desperte a boa vontade, a conscientização e o empenho do profissional de educação, para que esse discurso ultrapasse as barreiras do preconceito, saindo da sofisticada teoria para realidade das escolas brasileiras.

Vale ressaltar que a ausência do preconceito evidente na comunidade escolar em questão, causou-me agradável surpresa, porém, encontrei preconceito não na forma de interagir, mas de não interagir com o aluno. O professor ignora o aluno com deficiência intelectual, o que pode ser o maior dos preconceitos. Pois o priva da atenção e dedicação que iria minimizar suas dificuldades em sala de aula. No entanto, tenho a obrigação de registrar o comprometimento, conhecimento e dedicação da professora investigada do AEE.

Tendo sido pesquisada e analisada a importância de se trabalhar de forma construtiva e eficaz as necessidades do aluno com NEE, mais especificamente o aluno com deficiência intelectual, através de referenciais teóricos e da própria vivência no ambiente escolar, fica claro a necessidade de diagnosticar os tipos de desigualdades existentes no meio escolar para serem trabalhadas e não se tornarem um empecilho no desenvolvimento do aluno, identificar as causas e consequências dessas desigualdades em momentos de debate, tornando evidente a importância da observância da Lei que garante o ensino de qualidade e respeito às diversidades. Essa pesquisa sobre o aluno com deficiência intelectual e as possíveis intervenções no AEE que se mostraram nessa investigação, necessárias e eficazes, com certeza muito me acrescentou, assim como me será útil no meu desempenho enquanto educadora.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERTICCELLI, Ireno Antônio. **Currículo: tendências e filosofia**. In: O Currículo nos limiares do contemporâneo/ Marisa Vorraber Costa (org.) 2ª Ed. Rio de Janeiro, 1999.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Marcos Político-Legais da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC/SEESP, 2010.

BRASIL. Coleção “**A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escola**”. MEC, 2011. Disponível em: <<http://inclusaoja.com.br/2011/05/27/colecao-a-educacao-especial-na-perspectiva-da-inclusao-escolar/>>. Acesso em: 17/08/2015.

BRASIL. **Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais**. MEC. Brasília: SECAD, 2010.

CAVALLEIRO, Elaine. **Educação anti-racista: compromisso indispensável para um mundo melhor**. São Paulo: Selo Negro, 2003.

DEIROLI, Adriana. 2014. **Atendimento Educacional Especializado**. Disponível em:<<http://adrianaideirolli.blogspot.com.br/2014/04/o-atendimento-educacional-especializado.html>>. Acesso em: 31/08-2015

GOMES, Nilma Lino. **O impacto do diferente: reflexões sobre a escola e a diversidade cultural**. Educação em foco, Belo Horizonte, FAE/UEMG, ano 4, n.4, dez. 2000.

LÜDKE, Menga. **O professor da escola básica e a pesquisa**. In: CANDAU, V. (org.). Reinventar a escola. Petrópolis: Vozes, 2000a, p. 116-136.

MOREIRA, Antônio Flávio e SILVA, Tomaz Tadeu da. **Currículo cultura e sociedade**. 4 ed. Cortez, São Paulo, 2000.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. **Reformas educacionais na América Latina e os trabalhadores docentes** / Dalila Andrade Oliveira. – Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

ROPOLI, Edilene (et. Al) Aparecida. **A Educação Especial na Perspectiva na Inclusão Escolar: a escola comum inclusiva.** Brasília: Ministério da Educação, Secretaria da Educação Especial; Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2010.

SOUZA Amaralina Miranda de, RODRIGUES Fátima Lucília Vidal - Módulo III: **Educação inclusiva.** Brasília: Universidade De Brasília, 2007.

TAILLE, Iyes de L., OLIVEIRA, M. K., DANTAS, H., Piaget, Vygostsky, Wallon: **Teorias psicogenéticas em discussão.** São Paulo:Ed. Summus, 1992.

ANEXOS

ANEXO A – Aceite institucional



Universidade de Brasília – UnB
 Instituto de Psicologia – IP
 Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED
 Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde - PGPDS
 Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar

Aceite Institucional

O (A) Sr./Sra. _____ (*nome completo do responsável pela instituição*), da _____ (*nome da instituição*) está de acordo com a realização da _____ pesquisa

_____, de _____ responsabilidade do(a) pesquisador(a) _____, aluna do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar no Instituto de Psicologia do Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano da Universidade de Brasília, realizado sob orientação da Prof. Doutor/Mestre. _____.

O estudo envolve a realização de _____ (*entrevistas, observações e filmagens etc*) do atendimento _____ (*local na instituição a ser pesquisado*) com _____ (*participantes da pesquisa*). A pesquisa terá a duração de _____ (*tempo de duração em dias*), com previsão de início em _____ e término em _____.


Eu, _____ (*nome completo do responsável pela instituição*), _____ (*cargo do(a) responsável do(a) nome completo da instituição onde os dados serão coletados*), declaro conhecer e cumprir as Resoluções Éticas Brasileiras, em especial a Resolução CNS 196/96. Esta instituição está ciente de suas corresponsabilidade como instituição coparticipante do presente projeto de pesquisa, e de seu compromisso no resguardo da segurança e bem-estar dos sujeitos de pesquisa nela recrutados, dispondo de infraestrutura necessária para a garantia de tal segurança e bem-estar.

_____ (local), ____/____/____ (data).

 Nome do (a) responsável pela instituição

 Assinatura e carimbo do(a) responsável pela instituição

ANEXO B - Carta de Apresentação



Universidade de Brasília – UnB
 Instituto de Psicologia – IP
 Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED
 Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde PGPDS
 Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar

Da: Universidade de Brasília– UnB/Universidade Aberta do Brasil – UAB

Polo: _____

Para: o(a): Ilmo(a). Sr(a). Diretor(a) _____

Instituição: _____

Carta de Apresentação

Senhor (a), Diretor (a),

Estamos apresentando a V. S^a o(a) cursista pós-graduando(a)

que está em processo de realização do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar.

É requisito parcial para a conclusão do curso, a realização de um estudo empírico sobre tema acerca da inclusão no contexto escolar, cujas estratégias metodológicas podem envolver: entrevista com professores, pais ou outros participantes; observação; e análise documental.

A realização desse trabalho tem como objetivo a formação continuada dos professores e profissionais da educação, subsidiando-os no desenvolvimento de uma prática pedagógica refletida e transformadora, tendo como consequência uma educação inclusiva.

Desde já agradecemos e nos colocamos a disposição de Vossa Senhoria para maiores esclarecimentos no telefone: (061) 3107-6911.

Atenciosamente,

 Coordenador(a) do Polo ou Professor(a)-Tutor(a) Presencial

Coordenadora Geral do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar: **Prof^a Dr^a Diva Albuquerque Maciel**

ANEXO C – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido Professoras



Universidade de Brasília – UnB
 Instituto de Psicologia – IP
 Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED
 Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Senhor(a) Professor(a),

Sou orientando(a) do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, realizado pelo Instituto de Psicologia por meio da Universidade Aberta do Brasil/Universidade de Brasília (UAB-UnB) e estou realizando um estudo sobre _____. Assim, gostaria de consultá-lo(a) sobre seu interesse e disponibilidade de cooperar com a pesquisa.

Esclareço que este estudo poderá fornecer às instituições de ensino subsídios para o planejamento de atividades com vistas à promoção de condições favoráveis ao pleno desenvolvimento dos alunos em contextos inclusivos e, ainda, favorecer o processo de formação continuada dos professores nesse contexto de ensino.

A coleta de dados será realizada por meio de _____ (*explicitar todas as técnicas de coleta de dados: gravações em vídeo das situações cotidianas e rotineiras da escola; entrevistas, observações, questionários etc.*)

Esclareço que a participação no estudo é voluntária e livre de qualquer remuneração ou benefício. Você poderá deixar a pesquisa a qualquer momento que desejar e isso não acarretará qualquer prejuízo ou alteração dos serviços disponibilizados pela escola. Asseguro-lhe que sua identificação não será divulgada em hipótese alguma e que os dados obtidos serão mantidos em total sigilo, sendo analisados coletivamente. Os dados provenientes de sua participação na pesquisa, tais como _____ (*explicitar instrumentos de coleta de dados*), ficarão sob a guarda do pesquisador responsável pela pesquisa.

Caso tenha alguma dúvida sobre o estudo, o(a) senhor(a) poderá me contatar pelo telefone _____ ou no endereço eletrônico _____. Se tiver interesse em conhecer os resultados desta pesquisa, por favor, indique um e-mail de contato.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com o(a) pesquisador(a) responsável pela pesquisa e a outra com o senhor(a).

Agradeço antecipadamente sua atenção e colaboração.

Respeitosamente.

 Assinatura do Pesquisador

 Assinatura do Professor

Nome do Professor: _____

E-mail(opcional): _____

APÊNDICES

APÊNDICE – A - Roteiro de Entrevista Semi-Estruturada – Prof^ª / Sala de Aula

Identificação:

Nome:

Identificação fictícia:

Sexo:

Idade:

Função:

Localização de moradia:

Tem filho (s)? Idade (s):

Religião:

Escolaridade (Formação):

- O que é inclusão escolar para você?
- Fale sobre a práxis pedagógica do professor em sala de aula?
- Fale sobre procedimentos didáticos e metodológicos importantes para incluir todos os alunos no processo de ensino e aprendizagem?
- Comente sobre dificuldades encontradas para desenvolver um trabalho inclusivo?
- O que você sabe sobre deficiência intelectual?
- Fale sobre a sua experiência com alunos com deficiência intelectual
- Quais mediações pedagógicas podem contribuir com o processo de ensino e aprendizagem do aluno com deficiência intelectual
- Você já presenciou práxis pedagógicas que contribuem para o processo de ensino aprendizagem dos alunos com deficiência intelectual? Relate
- Como é realizado o planejamento de todas as atividades escolares, no sentido de oportunizar a aprendizagem do aluno com deficiência intelectual?

APÊNDICE B - Roteiro de Entrevista Semi-estruturada / Prof^a AEE

Identificação:

Nome: (fictício)

Sexo:

Idade:

Localização de moradia:

Tem filhos (as)?

Idade?

Religião?

Escolaridade (formação):

1 O que é inclusão escolar para você?

2 Fale sobre suas experiências nos processo de inclusão escolar?

3 Relate avanços percebidos por você em relação a inclusão escolar

4 E as dificuldades?

5 O que é para você valorizar as diferenças no contexto escolar?

6 Quais práticas pedagógicas contribuem para valorização dessas diferenças?

7 Quais são as práticas pedagógicas que você acha que dificulta o processo de aprendizagem e desenvolvimento do aluno com necessidades educacionais especiais

8 Como é realizado o planejamento das atividades escolares, visando uma escola inclusiva?

9 Em sua opinião, qual a importância da sala de recurso?

10 A escola está adaptada para os alunos que aqui frequentam?

11 O que você sabe sobre deficiência intelectual?

12 Fale sobre a sua experiência com alunos com deficiência intelectual

13 Quais mediações pedagógicas podem contribuir com o processo de ensino e aprendizagem do aluno com deficiência intelectual?